

# Saiu a resolução da eleição para direção das escolas estaduais

O Diário Oficial publicou dia 24/04 a Resolução SEEDUC 6252/2024, que regulamenta os processos consultivos para diretores e diretores adjuntos das escolas estaduais. O Sepe participou do Grupo de Trabalho (GT) convocado pela SEEDUC para debater e regulamentar a eleição para as direções, que resultou em uma minuta, só publicada em Diário Oficial quase dois meses após. Não houve acordo para o sindicato fazer parte da organização do processo, mas a todo momento os representantes do Sepe no GT deixaram claro que a eleição de diretores de escola foi uma conquista da histórica greve de 2016 da rede estadual e, como tal, tem que ser respeitada.

Entre todos os avanços dessa regulamentação, o maior foi a nossa iniciativa de não permitir que um Projeto de Lei do deputado Allan Lopes (PL) constasse como sugestão para possíveis modificações. O sindicato conchama os profissionais de educação a participarem do processo eleitoral, como também todos os demais membros da comunidade escolar. ■



Audiência do Sepe no Ministério da Previdência Social com o ministro Carlos Lupi

## Ministro da Previdência recebe o Sepe em audiência

Em 10 de abril, a Secretaria de Aposentadas(os) do Sepe teve audiência, em Brasília, com o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi. Na reunião, que contou com o deputado federal Tarcísio Motta e o secretário de Regime Próprio e Complementar do Ministério, Paulo Roberto dos Santos Pinto, o sindicato denunciou o desmonte da Previdência Social do Estado e do município do Rio de Janeiro, de acordo com o relatório da CPI da Previdência – dados que não são diferentes dos demais municípios fluminenses, gerando insegurança aos aposentados, bem como ao futuro dos que hoje estão em atividade. Com isso, foi acordada a criação de uma agenda de encontros, para dar continuidade ao diálogo.

## Sepe realiza Conselho Deliberativo orçamentário

O Sepe realizará um Conselho Deliberativo orçamentário no dia 18/05 (local e horário a confirmar). Todos os núcleos e regionais do sindicato devem eleger seus conselheiros e encaminhar o registro para a Secretaria do Sepe para que possam participar da plenária, com a seguinte pauta: (organização financeira do Sepe, orçamento participativo, marcação de assembleia estatutária orçamentária, conferência orçamentária e discussão de perseguições políticas de Prefeituras a núcleos, em especial Duque de Caxias, e debate sobre a conjuntura e a criminalização das lutas).



### CALENDÁRIO 2024

ABR 13	MAI 04	JUN 08	AGO 03
SET 14	OUT 19	NOV 09	DEZ 14

Sempre em um SÁBADO, às 09H

LOCAL:  
AUDITÓRIO DO SEPE  
Rua Evaristo da Veiga, 55,  
7º andar - Centro,  
Rio de Janeiro



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO  
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,  
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040  
Recepção: (21) 2195-0450.  
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458  
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br

instagram.com/sepe\_rj  
facebook.com/Seperj  
youtube.com/SepeRJoficial  
twitter.com/RjSepe



seperj.org.br/filiacao



INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO REDE ESTADUAL

Nº 36 | Finalizada em: 26/04/2024

NESTE BOLETIM:

- SEPE convoca ato na Alerj, após deputados aprovarem Lei que amplia para 30% o total de professores(as) temporários(as). Pág. 2
- Saiu a resolução da eleição para direção das escolas estaduais. Pág. 4

# PARA COBRIR AS PERDAS, SALÁRIOS DA EDUCAÇÃO ESTADUAL TÊM QUE TER 45% DE REAJUSTE

Estudo do Sepe-Dieese sobre a evolução salarial dos profissionais de educação da rede estadual do Rio de Janeiro confirma que o reajuste necessário para cobrir as perdas salariais da categoria seria de 45%. No dia 11 de maio, o Sepe convoca assembleia (local a confirmar) para debater a campanha salarial 2024 da categoria. Vamos protestar contra o pior salário da educação no Brasil, o não cumprimento do piso nacional e a aplicação do NEM!

Segundo o estudo do Dieese, no período de 1º de julho de 2014 a 31 de março de 2024, a inflação medida pelo INPC-IBGE e IPCA-IBGE apresentou uma variação de, respectivamente, 73,56% e 73,54%. Os salários dos servidores da Educação, no entanto, no mesmo período, foram reajustados em apenas 19,72% (13,05% em fevereiro de 2022 e 5,9% em janeiro de 2023). Para que os salários em 1º de abril de 2024 retornassem ao mesmo poder de compra de 1º de julho de 2014, o reajuste necessário sobre os salários de março de 2024 seria de 44,97% pelo INPC-IBGE e de 44,95% de acordo com o IPCA-IBGE.

REAJUSTE SALARIAL NO PERÍODO	19,72%
INPC-IBGE acumulado no período	73,56%
Perda salarial até 31 de março de 2024	-31,02%
Reajuste necessário em 1º de abril de 2024	44,97%
IPCA-IBGE acumulado no período	73,54%
Perda salarial até 31 de março de 2024	-31,01%
Reajuste necessário em 1º de abril de 2024	44,95%

No dia 11 de maio, o Sepe realiza uma assembleia geral da rede estadual (local a confirmar) para debater a campanha salarial 2024 da categoria. Vamos protestar contra o pior salário da educação no Brasil, o não cumprimento do piso nacional sobre o plano de carreira, os vencimentos menores que o salário mínimo pagos ao funcionário e a aplicação do NEM! ■

## Principais eixos da campanha salarial 2024

- Reajuste salarial;
- Cumprimento do acordo na Alerj: pagamento das 2 parcelas de 6,5% cada, referentes a 2023 e 2024;
- Piso Nacional do Magistério dentro do Plano de Carreira e Salário Mínimo Regional para os Funcionários Administrativos;
- Plano nacional de lutas implementado pela CNTE pela revogação do NEM e da BNCC.



## Calendário de luta

- 02/05: 14h, Ato na Alerj contra o PL dos Contratos Temporários
- 09/05: 16h, Ato Unificado da Educação no Rio de Janeiro. Largo do Machado.
- 11/05: ASSEMBLEIA DA REDE ESTADUAL (local a confirmar)
- 18/05: Conselho Deliberativo Orçamentário (local a confirmar)
- 22/05: Dia de Luta nas escolas estaduais contra o NEM
- 11/06: Dia de Luta, com indicativo de paralisação



# Vergonha: por 50 a 15, deputados estaduais aprovam Projeto de Lei do governo que libera até 30% de professores(as) temporários(as)

O Sepe repudia a aprovação na Alerj, no dia 24/04, do PL 3.290/2024 do governo estadual que libera a contratação pela Seeduc de até 30% em relação do total de professores nas escolas estaduais, alcançando cerca de 15 mil professores temporários, em uma profunda precarização da rede.

A direção do Sepe acompanhou a votação, feita em tempo recorde, e denuncia que seguranças da Alerj tentaram intimidar diretoras do sindicato,

que haviam protestado durante a sessão. O sindicato irá discutir quais os passos para tentar barrar a implementação do PL e convoca toda a categoria para ato público em frente à Alerj, no dia 02/04, às 14h.

A instituição do concurso público é necessária por causa da estabilidade que oferece à categoria, como também por causa dos vínculos profundos criados com a comunidade escolar. Há dez anos não há concurso público na rede! Por isso, a importância da realização,

urgente, de novo concurso. Por outro lado, contratações temporárias não garantem a permanência do profissional e não resolvem o crônico problema da carência de profissionais.

O Sepe também alerta para o banco de aprovados, que aguardam há anos a convocação da SEEDUC, e defende uma ampla migração dos professores de 18h para a carga horária de 30h (abaixo). Além disso, a precarização ameaça o próprio sistema de previdência dos servidores estaduais.



Placar pouco antes do fim da votação, feita em regime de urgência.

## No dia seguinte, Seeduc publicou a resolução sobre migração para 30h

A SEEDUC publicou no Diário Oficial do Estado a Resolução 6254, com data de 19 de abril de 2024, com critérios para a migração dos profissionais de carga horária de 18 para 30 horas na rede estadual.

De acordo com o texto publicado em DO, haverá um Processo Seletivo Interno (PSI)

para viabilizar a migração, a partir dos seguintes critérios: identificação das necessidades das unidades escolares; verificação das disciplinas com maior carência e dificuldade de provimento; e manifestação da vontade do professor de alterar a sua jornada de trabalho.

Segundo a SEEDUC o

quantitativo das vagas observará a necessidade professores, a partir de um relatório apresentado pela Coordenadoria de Controle e Alocação de Professores (COOCAP). Ainda segundo o texto, o PSI terá por objetivo a migração da carga horária de até 5 mil cargos de PI de 18 para 30 horas.

**ATO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO NA ALERJ**  
Em repúdio aos que votaram no PL da Vergonha  
Quinta, 02/5, 14h  
Não à precarização dos(as) professores(as)



## Em ataque ao Plano de Carreira, Cláudio Castro publica decreto sobre complementação do Piso

O governador Cláudio Castro publicou o Decreto N° 49.028, de 03 de abril, que dispõe sobre a complementação remuneratória do Piso Nacional do Magistério, com base na Lei Federal N° 11.738/2008 (Lei do Piso Nacional), para os profissionais da rede estadual. O decreto é um ataque direto aos dispositivos que garantem a progressão funcional entre os níveis e por tempo de serviço contidos no nosso Plano de Carreira. O decreto determina a complementação do piso pelo índice de 2024, de 3,62%. Com isso, a remuneração dos professores dos níveis 3, 4 e 5 passa a ficar exatamente a

mesma, o que desconfigura o nosso Plano, que se baseia na progressão entre os níveis e tempo de serviço.

Temos que brigar para que o piso seja implementado no vencimento inicial e que seja respeitada a estrutura da carreira, sob pena de que, passado algum tempo, todos os profissionais estarão recebendo o mesmo valor, independentemente do seu tempo de serviço. O Sepe está aguardando a decisão do tema 1218, que tramita no Supremo Tribunal Federal, pois visa garantir a aplicação do Piso no vencimento inicial e respeitar a estrutura do plano de carreira.



No site do Sepe publicamos as tabelas do decreto: [bit.ly/tabelasPisoComplementacao](https://bit.ly/tabelasPisoComplementacao)

## FOSPERJ cobra a recomposição

Profissionais de educação, convocados pelo Sepe, participaram no dia 11/04 do ato conjunto dos servidores públicos estaduais, em frente à sede da Assembleia Legislativa (Alerj). O ato foi chamado pelo Fosperj e teve como objetivo cobrar o pagamento das 2ª e 3ª parcelas de reajuste salarial do acordo feito entre o governo e Alerj das perdas dos servidores acumuladas entre 2017 a 2021: a primeira parcela, de 13,5%, foi paga em fevereiro de 2022; já a 2ª (2023) e 3ª (2024) parcelas, de 6,5% cada, até agora não foram pagas. Diversos deputados participaram do ato, apoiando as reivindicações das categorias estaduais presentes.